

**IPMS –
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2015**

Cód. 09 – Procurador Jurídico

A capacidade de criar sucesso

Sucesso é consequência de um trabalho especial. Se você faz o que todo o mundo faz, você chega aonde todo o mundo chega. Se você quer chegar a algum lugar aonde a maioria não chega, precisa fazer algo que a maioria não faz.

Ser um profissional especial é ser aquele que consegue definir o jogo a favor de seu time. Aquele que tem uma marca registrada de seu trabalho. Existem habilidades que garantem sua presença na partida e competências que o transformam em uma pessoa especial. É semelhante ao que acontece na vida de um atleta. Preparo físico, garra e estado de alerta auxiliam um jogador a participar do jogo, mas não são suficientes para levá-lo ao pódio. Quando um time ganha um título, você percebe que os campeões têm características fora do comum, que determinam o sucesso de sua trajetória.

Sem dedicação, um profissional dificilmente terá emprego, mas, por outro lado, se só tiver garra, ficará patinando na carreira. No mundo moderno apenas trabalhar não é o bastante para criar o diferencial que um vencedor precisa. Já não se trata de uma questão de vestir a camisa da empresa.

Trabalhar numa empresa é como jogar num time de futebol. Nesse esporte, a equipe tem, basicamente, duas funções: evitar gols e marcar gols. Os jogadores imaginam que os atacantes marcam gols, os zagueiros e o goleiro evitam os gols e o técnico comanda o time, estabelecendo a estratégia para vencer o jogo.

Na verdade, o ideal é que os jogadores conheçam e participem das várias funções. Até o goleiro está colaborando para marcar gols, quando lança a bola rapidamente ao atacante. A mesma coisa acontece quando a defesa ou o zagueiro sobe para fazer um gol de cabeça nos escanteios. O atacante sabe marcar os gols, mas também deve ajudar na marcação dos adversários.

Na empresa moderna a situação é parecida. Aquela postura de divisão de tarefas em que o vendedor vende e o departamento financeiro dá lucro, está ultrapassada. Todos devem colaborar para alcançar a vitória. Na posição de ataque estão os setores de venda e marketing. São os responsáveis por trazerem dinheiro para a empresa. Mas todos devem ajudar a vender.

Ter visão estratégica e organizar o time não é só trabalho do técnico, mas de todos, pensarem como os diretores e empresários é fundamental para quem quer ocupar o pódio. Cada um precisa saber integrar os setores e visualizar o momento de recuar ou seguir em frente, a hora exata de criar ou esperar.

No mundo empresarial, um profissional de sucesso é aquele que tem visão estratégica. É motivado a motivar, é líder e, ao mesmo tempo, sabe criar. Está totalmente sintonizado com as metas e os princípios da empresa. E, assim deve ser, do presidente ao faxineiro, todos absolutamente comprometidos.

A frase "cumprir a minha parte" tão inofensiva em outros tempos, não funciona mais. Precisamos driblar o adversário. Não podemos perder a bola do pé. Você sabe que bola na trave não vale nada. O que conta é aquela que passa no cantinho do gol: veloz e certeira. Aquela que deixa o goleiro desconcertado e faz a torcida vibrar. Depois, é só correr para o abraço.

"NEM TODOS QUE TENTARAM, CONSEQUIRAM, MAS COM CERTEZA, TODOS QUE CONSEQUIRAM, TENTARAM"

Por Roberto Shinyashiki

Leia o texto acima e responda as duas questões a seguir.

1. Com base na leitura do 1º e 2º parágrafos do texto, é correto afirmar que:

- I- sucesso é o resultado de um trabalho específico, particular.
- II- profissional especial é aquele que faz o que todos fazem e além de ter uma característica individual precisa saber trabalhar em equipe.

As afirmações I e II são, respectivamente:

- A) falsa e verdadeira.
- B) verdadeira e verdadeira.
- C) falsa e falsa.
- D) verdadeira e falsa.

2. Assinale a alternativa que NÃO condiz com o texto. “Na empresa moderna...”:
- A) O perfil do profissional deve ser mais dinâmico e em constante mutação.
 - B) O profissional deve trabalhar por trabalhar, mas com muita persistência cumprindo horários e vestindo a camisa da empresa.
 - C) O bom profissional deve ter capacidade de perceber as possibilidades e criar na hora certa.
 - D) O profissional de sucesso harmonizar-se com os objetivos e regras da empresa, colocando-se no lugar de todos que ali trabalham.
3. Assinale a alternativa que apresenta palavra escrita corretamente.
- A) advinhar.
 - B) opnião.
 - C) amnésia.
 - D) rítimo.
4. Assinale a alternativa que NÃO apresenta palavras acentuadas pela mesma regra.
- A) competências – líder – responsáveis.
 - B) físico – título – características.
 - C) levá-lo – até – está.
 - D) só – têm – pé.
5. Assinale o vocábulo que forma o plural como “campeão”:
- A) alemão.
 - B) órgão.
 - C) tabelião.
 - D) petição.
6. Analise as frases abaixo observando a substituição dos termos grifados pelos pronomes oblíquos. Assinale a alternativa em que há erro na colocação pronominal.
- A) “... marcam os gols ...” – marcam-os
 - B) “... evitar gols ...” – evitá-los
 - C) “... cumpri a minha parte...” – cumpri-a
 - D) “... trazer dinheiro para a empresa.” – trazer-lhe dinheiro
7. Na frase: “... se só tiver garra, ficará patinando na carreira.” os verbos destacados encontram-se, respectivamente, no:
- A) Presente do Subjuntivo e Futuro do Pretérito do Indicativo.
 - B) Futuro do Subjuntivo e Futuro do Presente do Indicativo.
 - C) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo e Futuro do Presente do Indicativo.
 - D) Pretérito Perfeito do Indicativo e Presente do Subjuntivo.
8. Observe a concordância nominal nas frases abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.
- A) Portarias e decretos redigidos.
 - B) Memorial e notificação elaborados.
 - C) Portarias e decretos redigidas.
 - D) Memorial e notificação elaborada.
9. A regência está correta em todas as alternativas, EXCETO em:
- A) Preferia supervisionar do que conferir as impugnações.
 - B) Aguardavam o parecer dos processos administrativos.
 - C) Respondeu a todas as sindicâncias administrativas, inclusive disciplinares.
 - D) Prestam assessoria jurídica em todas as áreas de atividade do Poder Público municipal.
10. Assinale a alternativa em que o pensamento de *Vincent Van Gogh* apresenta pontuação correta.
- A) "Grandes realizações, não são feitas por impulso, mas por uma soma de pequenas realizações".
 - B) "Grandes realizações não são feitas por impulso mas, por uma soma de pequenas realizações".
 - C) "Grandes realizações não são feitas por impulso; mas por uma soma: de pequenas realizações".
 - D) "Grandes realizações não são feitas por impulso, mas por uma soma de pequenas realizações".
11. A Lei Geral da Previdência no Serviço Público faculta aos entes federativos, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observado, dentre outros, o seguinte preceito:
- A) vedação da existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro da unidade federativa.
 - B) aplicação de recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.
 - C) vedação do estabelecimento de limites para a taxa de administração.
 - D) permissão da aplicação de recursos em títulos públicos, de todos os entes reconhecidos como pessoas jurídicas de direito interno.

12. O Ministério da Previdência e Assistência Social deve fornecer aos órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta da União Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, dentre outros, no seguinte caso:
- A) realização de transferências obrigatórias de recursos pela União.
 - B) celebração de acordos, contratos ou de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta de todos os entes federativos.
 - C) celebração de financiamentos e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.
 - D) celebração de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras estaduais.
13. Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos entes federativos devem ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observado o seguinte critério:
- A) realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.
 - B) identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas com pessoal inativo e pensionistas, excetuando-se os encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos.
 - C) cobertura de um número máximo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais.
 - D) cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, admitindo-se o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.
14. A organização da Previdência Social deve obedecer ao seguinte princípio ou diretriz:
- A) cálculo dos benefícios considerando-se o referencial do salário mínimo, corrigidos monetariamente.
 - B) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário de contribuição.
 - C) previdência complementar obrigatória, custeada por contribuição adicional.
 - D) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.
15. Constituem contribuições sociais:
- A) as das empresas, incidentes sobre a respectiva tributação.
 - B) as das empresas, incidentes sobre a remuneração debitada de seus prestadores de serviço.
 - C) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de remuneração.
 - D) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.
16. De acordo com o preceituado na Lei Nº 8.212, de 24 de 1991, a qual dispõe sobre a organização da Seguridade Social, pode ser afirmado que:
- A) entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência, com a utilização de empregados permanentes.
 - B) considera-se empregador doméstico, a pessoa ou família que admite a seu serviço, com ou sem finalidade lucrativa, empregado para o escopo que venha a ser escolhido pelo empregador.
 - C) considera-se empresa, a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.
 - D) todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social fica facultativamente filiado em relação a cada uma delas.
17. Podem ser aceitos em substituição ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, ou ainda de forma complementar a este, os seguintes documentos:
- A) laudos individuais acompanhados de autorização escrita do órgão administrativo competente, se o levantamento ambiental ficar a cargo de responsável técnico integrante do quadro funcional da Administração.
 - B) laudos técnico-periciais emitidos por determinação da Justiça do Trabalho, em ações trabalhistas, acordos ou dissídios coletivos.
 - C) cópias dos documentos de habilitação profissional do técnico de segurança do trabalho, indicando sua especialidade.
 - D) laudos emitidos pelo Ministério da Justiça, ou, ainda, pelas Delegacias de Polícia Federal.

18. No que se refere aos dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, pode ser afirmado o que segue:
- A) A União, solidariamente com os demais entes federativos, é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
 - B) A contribuição da União, de suas autarquias e fundações, para o custeio do regime de previdência, deve ser a mesma da contribuição do servidor ativo, devendo o produto de sua arrecadação ser contabilizado em conta específica.
 - C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem publicar, até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada ano, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.
 - D) As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos devem ter os seus valores atualizados mês a mês de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social.
19. Para os efeitos do disposto na Portaria MPS Nº 403 de 2008, a qual dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS de todos os entes federativos, considera-se:
- A) Reserva Matemática: montante calculado atuariamente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo.
 - B) Equilíbrio Atuarial: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.
 - C) Plano de Custeio: o conjunto de benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do respectivo RPPS, segundo as regras constitucionais e legais previstas, limitados aos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.
 - D) Equilíbrio Financeiro: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas contabilmente, a longo prazo.
20. O Regime Geral de Previdência Social compreende determinadas prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços. Nesse sentido, e relativamente ao segurado, assinale a alternativa que NÃO corresponde a estas mencionadas prestações:
- A) aposentadoria por idade e salário-família.
 - B) auxílio-acidente e aposentadoria especial.
 - C) auxílio-reclusão e reabilitação profissional.
 - D) auxílio-doença e salário-maternidade.
21. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser propostas:
- A) até cinco anos após o início do exercício do mandato.
 - B) dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
 - C) até dez anos após o término do exercício de função de confiança.
 - D) até quinze anos após o término do exercício do cargo em comissão.
22. Na contratação de parceria público-privada deve ser observada a seguinte diretriz:
- A) repartição objetiva de riscos entre as partes.
 - B) responsabilidade fiscal na celebração e execução dos convênios.
 - C) preponderância dos interesses e direitos dos destinatários dos serviços sobre os interesses e direitos dos entes privados incumbidos da sua execução.
 - D) delegabilidade das funções de regulação e do exercício do poder de polícia, entre outras atividades estatais.
23. Configura crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
- A) Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.
 - B) Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
 - C) Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
 - D) Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
24. O consórcio público deve ser constituído por contrato cuja celebração depende da prévia subscrição de protocolo de intenções. Assinale a alternativa que indica uma cláusula que não se faz necessária no referido protocolo de intenções:
- A) a previsão de que o consórcio público é associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.
 - B) os critérios para, em assuntos de interesse comum, autorizar o consórcio público a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo.
 - C) a previsão de que o agrupamento de entes federativos se apresenta como a instância máxima do consórcio público e o número de votos para as suas deliberações.
 - D) a indicação da área de atuação do consórcio.

25. A alienação de bens do patrimônio da Administração Pública Direta, quando móveis, depende de avaliação prévia e de licitação, dispensada está no seguintes caso:
- A) doação, permitida para fins e uso de interesse econômico, após avaliação de sua oportunidade, relativamente ao bem objeto do ato administrativo.
 - B) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.
 - C) permuta, permitida entre entidades da Administração Pública e organizações sociais.
 - D) venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, com utilização previsível por quem deles dispõe.
26. No contrato administrativo, cabe ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- A) aval financeiro.
 - B) caução em moeda nacional ou estrangeira.
 - C) garantia imobiliária.
 - D) fiança bancária.
27. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
- A) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 - B) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano anual, a execução dos programas de gestão e dos orçamentos públicos.
 - C) avaliar os resultados, quanto à eficiência, da gestão patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, exceto quanto à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
 - D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos, bens e haveres dos entes federativos e das entidades de direito privado vinculadas ao Estado.
28. Dentre os poderes administrativos, pode ser enunciado o poder disciplinar, cuja finalidade, imprime a prerrogativa de:
- A) organizar a atividades administrativa, por meio da edição de atos que objetivam especificar atos de conteúdo normativo, tais como portarias e regulamentos.
 - B) controlar a atividade de órgãos e entidades inferiores, avocando e delegando atribuições.
 - C) apurar irregularidades e infligir sanções administrativas a agentes públicos.
 - D) estabelecer limites ao exercício de atividades pelos particulares, com o objetivo de atender ao bem comum.
29. A motivação está vinculada a qual requisito do ato administrativo:
- A) finalidade.
 - B) forma.
 - C) objeto.
 - D) motivo.
30. A vacância do cargo decorre, dentre outras hipóteses, das seguintes:
- A) readaptação e posse em outro cargo inacumulável.
 - B) nomeação e promoção.
 - C) ascensão e aproveitamento.
 - D) transferência e reversão.
31. No que diz respeito ao estágio probatório, assim dispõe a Lei Complementar Municipal Nº 190, de 08 de julho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano):
- A) Na hipótese de nomeação para cargo de provimento em comissão, a contagem do período do estágio probatório não será suspensa enquanto perdurar a referida situação.
 - B) Os servidores em estágio probatório devem ser submetidos a 3 (três) avaliações de desempenho, sendo a primeira aos 10 (dez) meses, contados da entrada em efetivo exercício; a segunda aos 20 (vinte) meses e a terceira e última aos 30 (trinta) meses.
 - C) As avaliações de desempenho serão realizadas pela chefia do setor em que o servidor estiver lotado e acompanhadas pela Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, que será composta por 2 (dois) servidores obrigatoriamente efetivos e estáveis.
 - D) O servidor estável que, em virtude de concurso público de provas ou de provas e títulos, for nomeado para outro cargo público, está obrigado a cumprir novo período de estágio probatório.
32. Após cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício contínuo, ao servidor público municipal de Suzano será concedida licença especial a título de licença-prêmio pelo período de 90 (noventa) dias, com todos os direitos e vantagens do cargo. Tal direito deixará de ser concedido, se o servidor, durante o período aquisitivo desta licença:
- A) houver gozado de licença para tratamento de saúde, por prazo superior a 60 (sessenta) dias.
 - B) tiver sofrido pena de advertência por mais de 2 (duas) vezes, a cada ano do período aquisitivo.
 - C) faltar, injustificadamente, por 10 (dez) dias ou mais, consecutivos ou alternados.
 - D) estiver respondendo processo administrativo disciplinar.

33. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor público municipal de Suzano ausentar-se do serviço:
- A) por 2 (dois) dias, para alistar-se como eleitor.
 - B) por 3 (três) dias em razão de falecimento de avós e netos.
 - C) por 1 (um) dia a cada trimestre para acompanhar filho menor de 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses e seus dependentes, comprovadamente, a atendimento médico e odontológico.
 - D) por 5 (cinco) dias consecutivos em razão de casamento.
34. O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano preceitua que não são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:
- A) tratamento da própria saúde, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Município, em cargo de provimento efetivo.
 - B) participação em programa de treinamento instituído e autorizado pelo respectivo órgão ou repartição municipal.
 - C) motivo de acidente em serviço ou doença profissional.
 - D) desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, exceto para as progressões funcionais e para efeito de contagem para o estágio probatório.
35. A respeito da ação declaratória de constitucionalidade pode ser afirmado o que segue:
- A) Na ação declaratória de constitucionalidade, concedida a medida cautelar, o Supremo Tribunal Federal deverá publicar no Diário Oficial da União o inteiro teor da decisão, no prazo de 10 (dez) dias, devendo o Tribunal proceder ao julgamento da ação no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de perda de sua eficácia.
 - B) A petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, deve ser apresentada em duas vias, devendo conter cópias do ato normativo questionado e dos documentos necessários para comprovar a procedência do pedido de declaração de constitucionalidade.
 - C) Admite-se a intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.
 - D) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria relativa de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.
36. De acordo com a legislação aplicável à ação popular, para a conceituação dos casos de nulidade, deve ser observada a seguinte norma:
- A) o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
 - B) a incompetência fica caracterizada quando o ato se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
 - C) a existência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
 - D) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando ao fim previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
37. No que concerne ao mandado de segurança, pode ser afirmado o que segue:
- A) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - B) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, quando notificado judicialmente.
 - C) Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
 - D) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo, independentemente de caução.
38. No que diz respeito ao Conselho Nacional de Justiça, pode ser afirmado o que segue:
- A) Um Ministro do Supremo Tribunal Federal deverá exercer a função de Ministro-Corregedor, competindo-lhe as atribuições previstas no Regimento Interno do CNJ.
 - B) O Conselho Nacional de Justiça é composto de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, sem direito à recondução.
 - C) O Conselho deve ser presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
 - D) Junto ao Conselho Nacional de Justiça devem officiar o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

39. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente:
- A) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
 - B) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
 - C) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
 - D) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
40. Será cabível a intervenção do Estado-membro em seus Municípios quando:
- A) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por 20 (vinte) meses consecutivos, a dívida fundada.
 - B) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - C) para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
 - D) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e no transporte público.
41. A Constituição Federal da República enuncia determinadas diretrizes e normativas relativas à política urbana, dente as quais pode ser mencionada:
- A) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de quinze mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - B) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica do Município.
 - C) aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - D) o Poder Público municipal é obrigado, mediante lei complementar, a exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.
42. O art. 165 § 8º da Constituição Federal da República dispõe que: “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.” Tal normativa encontra o seu fundamento no seguinte princípio constitucional do orçamento público:
- A) Princípio da Exclusividade ou da Pureza Orçamentária.
 - B) Princípio da Transparência Orçamentária.
 - C) Princípio do Equilíbrio do Orçamento.
 - D) Princípio da Programação.
43. Na cobrança judicial de dívida contra a Fazenda Pública, para efeito de garantir a execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, é vedado ao executado:
- A) oferecer fiança bancária ou seguro garantia.
 - B) efetuar depósito em dinheiro, à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária.
 - C) oferecer fiança bancária ou seguro garantia.
 - D) indicar à penhora bens oferecidos por terceiros independentemente de aceitação pela Fazenda Pública.
44. No que concerne ao tema da “repercussão geral”, em sua qualidade de requisito de admissibilidade do recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal, pode ser afirmado o que segue:
- A) Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que não ultrapassem os interesses subjetivos da causa.
 - B) A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial, porém, não valerá como acórdão.
 - C) Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 3 (três) votos, fica dispensada a remessa do recurso ao Plenário.
 - D) O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

45. No que concerne ao processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, pode ser firmado o que segue:
- A) Caberá recurso contra a decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - B) A decisão sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental somente será tomada se presente na sessão a metade absoluta dos Ministros.
 - C) Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Tribunal Pleno.
 - D) O Ministério Público, nas arguições que não houver formulado, terá vista do processo, por dez dias, após o decurso do prazo para informações.
46. A sentença de mérito, transitada em julgado, não poderá ser rescindida na seguinte hipótese:
- A) quando resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
 - B) quando for fundada em erro de direito, resultante de atos ou de documentos da causa.
 - C) quando houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença.
 - D) quando se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória.
47. Com referência à modificação da competência, assim preceitua o Código de Processo Civil Brasileiro:
- A) Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas individualmente.
 - B) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a parcela útil do imóvel.
 - C) Se o conhecimento da lide depender da verificação de fato delituoso, pode o juiz mandar sobrestar o processo até que se pronuncie a justiça criminal; se a ação penal não for exercida dentro de 90 (noventa) dias, cessará o efeito do sobrestamento, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
 - D) O juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, a ação declaratória incidente, as ações de garantia e outras que respeitam ao terceiro interveniente.
48. A respeito da exceção de pré-executividade, pode ser afirmado o que segue:
- A) a exceção de pré-executividade encontra previsão expressa no Código de Processo Civil Brasileiro.
 - B) a exceção de pré-executividade deve ser arguida por meio de petição simples dando-se os motivos de fato e de direito pelos quais o devedor entende ser incabível ou ilegal a execução; a petição deve conter pedido de extinção da execução e deve vir acompanhada de eventuais documentos comprobatórios das alegações do devedor excipiente.
 - C) a posição uniforme da doutrina e da jurisprudência é a de que poderá ser arguida na exceção de pré-executividade toda a matéria que gere nulidade desde que não importe em questões de alta indagação e prova.
 - D) a exceção de pré-executividade possui a natureza de defesa do exequente.
49. Assinale a alternativa que contraria expressa disposição legal relativa ao processo de edição, revisão e cancelamento de enunciado de súmula vinculante oriunda do Supremo Tribunal Federal:
- A) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.
 - B) No prazo de 10 (dez) dias após a sessão em que editar, rever ou cancelar enunciado de súmula com efeito vinculante, o Supremo Tribunal Federal fará publicar, em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União, o enunciado respectivo.
 - C) A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.
 - D) No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
50. A respeito dos embargos do devedor, pode ser afirmado o que segue:
- A) Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que não poderão ser declaradas autênticas pelo advogado.
 - B) No caso de embargos manifestamente protelatórios, o juiz deve impor, em favor do executado, multa ao embargante em valor não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor em execução.
 - C) Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo mandado citatório, incluindo-se a hipótese de cônjuges.
 - D) A cobrança de multa ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé deve ser promovida no próprio processo de execução, em autos apensos, operando-se por compensação ou por execução.